



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
Gabinete do Desembargador Luis Henrique Rafael - SDC  
TutAntAnt 0006377-52.2017.5.15.0000  
REQUERENTE: CONSORCIO SOROCABA, S.T.U.SOROCABA  
TRANSPORTES URBANOS LTDA  
REQUERIDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSP.  
ROD.SOROCABA RE.

### **Seção de Dissídios Coletivos**

### **SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS**

**PROCESSO 0006377-52.2017.5.15.0000 PJE - AÇÃO CAUTELAR - TUTELA ANTECIPADA**

**PROCESSO DCG 0006676-29.2017.5.15.0000-PJE**

**PROCESSO DCG 0006366-23.2017.5.15.0000-PJE**

**REQUERENTE: CONSÓRCIO SOROCABA**

**REQUERENTE: STU - SOROCABA TRANSPORTES URBANOS LTDA.**

**REQUERIDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS  
DE SOROCABA E REGIÃO**

**Vistos, etc.**

Diante da notícia da eclosão do movimento paredista e da conciliação frustrada, passo à análise do pedido de concessão de LIMINAR em face do requerido para garantir o funcionamento de pelo menos 70% da frota em razão de se tratar de serviço essencial.

Devidamente instruídos os autos com proposta do sindicato requerido em garantir 40% dos trabalhadores de cada empresa e 100% dos trabalhos ligados ao transporte especial durante a greve (Id: cfde4c7).

Passo à análise:

Conforme artigo 11 da Lei Nº 7.783/89:

"Nos serviços ou atividades essenciais, os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados, de comum acordo, a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Parágrafo único. São necessidades inadiáveis, da comunidade aquelas que, não atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população".

Portanto, o transporte público é atividade essencial e o exercício do direito de greve não pode ser absoluto a ponto de prejudicar toda a população que dele se serve, por mais justos que sejam os motivos ensejadores do movimento paredista.

Nesse contexto, sem maiores considerações, comprovados os requisitos indispensáveis para a concessão da tutela antecipada, o "fumus boni juris", e o "periculum in mora", face à deflagração da greve na data de ontem, além das ocorrências noticiadas pelos requerentes, registradas pela Polícia Militar, com fundamento nos artigos 294 e seguintes do Código de Processo Civil, DEFIRO a antecipação da tutela nos seguintes termos e limites, visando a resguardar o interesse público:

A) Determinar a manutenção dos serviços de transporte coletivo e especial, em 70% (setenta por cento) de cada empresa concessionária para os horários considerados de pico (das 06:00 às 09:00 horas e das 17:00 às 20:00 horas), e para os demais horários a manutenção da frota de 50% (cinquenta por cento) de cada operadora, em face principalmente do tamanho da população da cidade e extensão territorial do município em questão, durante o período de greve, que é o mínimo indispensável para o atendimento das necessidades da comunidade, e que a operação seja feita com ônibus das próprias concessionárias, de acordo com o Plano Operacional de Greve dos requerentes, sob pena de desobediência e de multa diária de R\$ 120.000,00, além da aplicação das penalidades de cancelamento do registro do requerido, tudo cumulativamente, sem prejuízo das demais sanções civis e criminais aplicáveis à espécie;

B) Determinar que os aparelhos de GPS e câmeras internas nos ônibus sejam mantidos ligados, os quais têm a finalidade de registrar tudo que acontece dentro do coletivo, inclusive tempo de viagem e permanência nos pontos finais, sob pena de multa de R\$ 55.000,00 por evento registrado pelos fiscais da URBES;

C) Determinar que o requerido seja coibido de depredar qualquer tipo de equipamento/instrumento que integre o sistema de transporte, incluindo os terminais, áreas de transferência, pontos e abrigos, bem como os veículos utilizados na prestação dos serviços, sob pena de multa de R\$ 100.000,00, além do ressarcimento pelos danos causados;

D) Determinar que o requerido se abstenha de praticar a chamada "catraca livre", ou seja, permitir que os passageiros adentrem aos veículos pela porta dianteira e/ou que os usuários adentrem aos terminais sem o devido pagamento da tarifa, causando prejuízos ao sistema de transporte público, sob pena de multa de R\$ 10.000,00 por evento registrado pelos fiscais de transporte.

Os horários acima estipulados assim como as multas fixadas são provisórios e estão sujeitos à revisão por este Relator, segundo as necessidades da população e a conduta das partes que eventualmente derem causa ao não cumprimento desta determinação Judicial, ou promovam atos de "lockout", violência ou de depredação de patrimônio público ou privado.

Dê-se ciência imediata às partes e à URBES, juntando cópia desta decisão aos Processos 0006366-23.2017.5.15.0000 DCG (Petição Id: 05a45b9) e 0006676-29.2017.5.15.000 DCG.

Após, cumpra-se o determinado pelo Vice Presidente Judicial, na audiência do dia 22/06/2017 (Id: cfde4c7), concedendo-se ao Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Sorocaba e Região o prazo de 05 (cinco) para a defesa a partir de 26/06/2017, neste feito e nos dois Dissídios Coletivos de Greve acima mencionados.

Na sequência, vista ao Ministério Público do Trabalho, também em 05 (cinco) dias, voltando então conclusos para decisão final.

**Campinas, 23 de junho de 2017.**

**HAMILTON LUIZ SCARABELIM**

**Juiz Relator**



Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a:  
**[HAMILTON LUIZ SCARABELIM]**



17062314240193400000017168095

<https://pje.trt15.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>